



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RECURSO ESPECIAL Nº 2142834 - SP (2023/0040724-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**

RECORRENTE : -----

RECORRENTE : -----

ADVOGADOS : JOAQUIM PORTES DE CERQUEIRA CÉSAR - DF003855  
JOAQUIM PORTES DE CERQUEIRA CÉSAR - SP072110B  
JÚLIO CHRISTIAN LAURE - SP155277  
THIAGO SANTOS AGUIAR DE PADUA - DF030363  
GABRIEL ALVES DA COSTA FALAGUASTA - SP343124  
LEONARDO MARTINS DE BARROS - SP447307

RECORRIDO : -----

ADVOGADOS : RODRIGO PORTO LAUAND - SP126258  
MARIA ISABEL DE ALMEIDA ALVARENGA - SP130609  
RENATA DOS SANTOS VALLILO GERADE - SP217383  
SAMUEL MEZZALIRA - SP257984  
RICARDO BARRETTO DE ANDRADE - DF032136  
MARIA AUGUSTA ROST - DF037017  
MARCELO MONTALVAO MACHADO - DF034391  
LUIZA FREITAS ROCHA DE SOUZA AMARAL - SP384886

INTERES. : -----

INTERES. : -----

INTERES. : -----

E

### EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO EMPRESARIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE LIMITADA. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE. POLO ATIVO. SOCIEDADE. LEGITIMIDADE ATIVA. AFFECTIO SOCIETATIS. QUEBRA. INSUFICIÊNCIA. EXCLUSÃO. SÓCIO. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS. PREVISÃO. CONTRATO SOCIAL. LEI. VIOLAÇÃO. FALTA GRAVE. CONFIGURAÇÃO. EXCLUSÃO DE SÓCIO. CABIMENTO. INTERVENÇÃO MÍNIMA. PODER JUDICIÁRIO. PRINCÍPIO DA SUPLETIVIDADE. FUNDAMENTAÇÃO. DEFICIÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS. SÚMULA Nº 284/STF. INCIDÊNCIA.

1. O art. 600, V, do Código de Processo Civil expressamente reconhece a legitimidade da sociedade para a propositura da ação de dissolução parcial, sanando discussão que existia na doutrina e na jurisprudência se a legitimação seria da sociedade ou dos demais sócios. Portanto, não configurada a hipótese de litisconsórcio ativo unitário necessário entre a sociedade recorrida e a sócia que não integrou o polo ativo da demanda.
2. A quebra da "affectio societatis" não constitui causa eficiente ao rompimento do vínculo societário, sendo necessária a demonstração da prática de falta grave para a exclusão de sócio. Precedentes.
3. A noção de falta grave, embora consista em conceito jurídico indeterminado, está configurada na conduta de sócio que viola a integridade patrimonial da sociedade, concretizando descumprimento dos

deveres de sócio, em evidente violação do contrato social e da lei.

4. A retirada de valores do caixa da sociedade, em contrariedade ao deliberado em reunião de sócios, configura falta grave, apta a justificar a exclusão de sócio.
5. A intervenção mínima do Poder Judiciário em disputas societárias significa o reconhecimento de que a regulação da matéria societária se dá a partir do princípio da supletividade, tal como disposto no art. 3º, VIII, da Lei nº 13.874/2019 - Lei da Liberdade Econômica. Da análise da natureza cogente ou dispositiva das regras societárias de regência e dos interesses tutelados deverá o julgador extrair a possibilidade de as partes estabelecerem em comum acordo como se dará a administração e a execução do objeto social, o que não autorizava, em qualquer hipótese, a conduta dos recorrentes.
6. A exposição de razões dissociadas do que foi decidido no acórdão recorrido revela deficiência na fundamentação do recurso e impede a exata compreensão da controvérsia a ser dirimida. Incidência, por analogia, da Súmula nº 284/STF.
7. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, não provido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma, por unanimidade, conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Humberto Martins, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Humberto Martins.

Brasília, 11 de junho de 2024.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator

Documento eletrônico VDA41944975 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006  
Signatário(a): RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA Assinado em: 17/06/2024 15:53:52  
Publicação no DJe/STJ nº 3888 de 18/06/2024. Código de Controle do Documento: 83948669-53e2-43e9-bfc3-d3a12f94313e